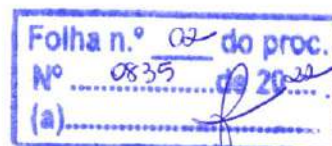





0835

*Câmara Municipal de São Caetano do Sul*

Senhor Presidente

A(S) COMISSÃO(ÕES) DE:
Justiça e Cidadania e
Finanças e Orçamento
108 103 120 22

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI

**"DISPÕE SOBRE O AUXÍLIO
EMERGENCIAL DECORRENTES DE
ENCHENTES E OUTROS DESASTRES
(AEND) E A COMPENSAÇÃO
FINANCEIRA A SER PAGA PELO
MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO
SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Art. 1º. O Auxílio Emergencial Decorrentes de Enchentes e Outros Desastres (AEND) e da compensação financeira a ser paga pelo Município de São Caetano do Sul aos atingidos por enchentes e outros desastres, dar-se-á pelo disposto nesta lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - desastres: o resultado de eventos adversos, naturais como eventos climáticos extremos de origem hidrológica, inundações bruscas e graduais, alagamentos, enchentes, assoreamento, deslizamentos, chuvas intensas, e perturbação violenta atmosférica, como chuva de granizo e tempestade com descarga de raios e trovões ou provocados



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

pelo homem sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

II - atingidos: Compreende o núcleo familiar ou comerciantes que residem e/ou trabalham nos lugares impactados pelos respectivos desastres.

Art.2º. Fica instituído o Auxílio Emergencial Decorrentes de Enchentes e Outros Desastres (AEND), a ser recebido por pessoa física afetada por danos e prejuízos em sua atividade econômica ou residência.

§ 1º - Pessoa física, proveniente do trabalho ou de atividade comercial, tenha sido impactada por situações de emergência ou calamidade decorrentes de enchentes ou outros desastres na forma do regulamento.

§ 2º - O regulamento de que trata o §1º deste artigo fixará critério para se identificar a pessoa física que exerce atividade comercial, assim como contemplará:

- a) trabalhadores por conta própria;
- b) empregados informais;
- c) trabalhadores em contrato intermitente;
- d) pessoas físicas, registradas ou não, em programa social promovido pela União em convênio ou não com os Municípios;
- e) pessoas físicas registradas como constituintes de pessoa jurídica com cadastro nacional de pessoas jurídicas – CNPJ ativo, inativo ou irregular, sob sua responsabilidade ou não, e ainda que elas (ou uma delas) esteja anotada como inadimplente com obrigação tributária.



24

Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Art. 3º. O AEND será pago em ao menos 6 (seis) cotas mensais, podendo ser prorrogado enquanto durarem os efeitos do estado de calamidade pelas enchentes e outros desastres.

§ 1º - O AEND terá o valor de 1 (um) salário-mínimo e será pago a partir do início da situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrente de enchentes ou outros desastres.

§ 2º - O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

§ 3º - O recebimento do AEND está limitado a 2 (dois) beneficiários por família.

§ 4º - O benefício será pago cumulativamente a outros benefícios sociais, respeitados os critérios de elegibilidade descritos nesta lei.

§ 5º - As cotas mensais serão pagas enquanto durarem os efeitos da situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrente de enchentes ou outros desastres respeitado o prazo mínimo previsto no caput deste artigo.

§ 6º - A pessoa provedora de família monoparental receberá duas cotas do AEND, independente do sexo, observado o disposto nos §§ 7º a 9º deste artigo.

§ 7º - Quando o genitor e a genitora não formarem uma única família será considerada a mulher como provedora da família monoparental e, portanto, apta a receber 2 (duas) cotas do AEND.

§ 8º - Caso o homem detenha a guarda unilateral dos filhos menores ou seja, de fato, responsável por sua criação, ele poderá manifestar discordância na forma do regulamento.



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

§ 9º - Terá acesso a duas cotas do AEND a pessoa provedora de família monoparental que possua dependente com deficiência, independentemente da sua idade.

§ 10 - Serão suspensas, provisoriamente e enquanto perdurar o estado de calamidade pública e situação de emergência, as obrigações tributárias diretamente vinculadas e dependentes do exercício da atividade laboral ou comercial do beneficiário do AEND, devendo os créditos advindos do período de suspensão serem inseridos em programa de recuperação fiscal. (As pessoas que receberão o benefício não serão tributadas?)

§ 11 - O AEND será pago, na forma do regulamento, no menor tempo possível, ainda que não tenham sido emitidos cartões eletrônicos ou outros meios equivalentes disponíveis, e com a menor exigência de requisitos possível, permitida a criação de módulo emergencial de registros.

Art. 4º. A compensação financeira de que trata esta Lei será composta de:

§ 1º - 1 (uma) única prestação de valor de 50 (cinquenta) salários mínimos nacional no caso de óbito decorrente de enchentes ou outros desastres, caso o falecido tenha deixado cônjuge ou companheiro ou dependentes e herdeiros necessários.

§ 2º - No caso de óbito, se houver mais de um beneficiário, a compensação financeira de que trata § 1º deste artigo será destinada, mediante o respectivo rateio em partes iguais, ao cônjuge ou companheiro e a cada um dos dependentes e herdeiros necessários.

§ 3º - A integralidade da compensação financeira, considerada a soma das parcelas devidas, quando for o caso, será dividida, para o fim de

Ob
f

Câmara Municipal de São Caetano do Sul

pagamento, em 3 (três) parcelas mensais e sucessivas de igual valor.

§ 4º - No caso de óbito, será agregado o valor relativo às despesas de funeral à compensação financeira de que trata o § 1º deste artigo, na forma disposta em decreto regulamento.

Art. 5º. O Poder Executivo deverá garantir a recuperação das unidades habitacionais e edificações que se encontram em risco.

Parágrafo único. Considera-se risco a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor e seus efeitos.

Art. 6º. As vítimas de enchentes ou outros desastres que tenha inviabilizado sua moradia e não tenha nenhuma propriedade em seu nome, terá direito a recuperação prevista no art. 4º.

Parágrafo Único - Enquanto não houver a recuperação prevista no art. 4º o Poder Executivo deverá garantir auxílio-aluguel no valor fixo de 1 (um) salário-mínimo, mais um valor variável de ? (um terço) do salário mínimo por pessoa membro da família menor de 18 (dezoito) anos e maior de 60 (sessenta) anos.

Art. 7º. O AEND e a compensação financeira de que trata esta Lei possui natureza indenizatória e não poderá constituir base de cálculo para a incidência de imposto de renda ou de contribuição previdenciária.

Parágrafo Único - O recebimento do AEND e da compensação financeira de que trata esta Lei não prejudica o direito ao recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais previstos em lei.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder



af

Câmara Municipal de São Caetano do Sul

isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU incidente sobre os imóveis residenciais, comerciais, industriais ou de prestação de serviços que estiverem localizados nas áreas atingidas por enchentes ou outros desastres.

§ 1º - A isenção de que trata o caput deste artigo será referente à 6 (seis) parcelas correspondentes ao IPTU do exercício, podendo ser prorrogado enquanto durarem os efeitos do estado de calamidade pelas enchentes e outros desastres.

§ 2º - Os contribuintes que já tiverem quitado integralmente o IPTU relativo ao exercício do ano vigente, poderão requerer a restituição proporcional á 06 (seis) parcelas ou a compensação do valor proporcional á 06 (seis) parcelas para abatimento no IPTU do ano subsequente.

Art. 9º. Fica o Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental - SAESA autorizado a conceder, pelo período de 6 (seis) meses, isenção da tarifa de água, esgoto e da taxa de coleta, remoção e destinação final de resíduos sólidos para os imóveis residenciais, comerciais e industriais localizados nas áreas atingidas por enchentes ou outros desastres.

Art. 10. O AEND e a compensação financeira de que trata esta Lei será paga pelo órgão competente para sua administração e concessão com recursos de dotações próprias ou abertura de crédito extraordinário.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

O ano de 2022 não começou bem para muitas famílias no Brasil que sofreram com as fortes chuvas em diversos estados como Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Essas chuvas têm gerado alagamentos e deslizamentos em algumas regiões em que sabemos que os maiores atingidos são sempre as famílias periféricas que moram em área de risco.

É importante ressaltar que essas tragédias são frutos de uma falta de planejamento urbano dos governos atuais, mas também de anos de intervenções na natureza que quebram o ciclo natural em muitos lugares, como retificações de rios para construções de vias, com excesso de concreto e retirada de matas ciliares, por exemplo.

O desenvolvimento industrial e um crescimento urbano desenfreado tem contribuído para as mudanças climáticas. Assim os efeitos da natureza têm maiores proporções e com a urbanização não completam o ciclo natural, causando estragos diversos e intensos.

Outra questão da falta de planejamento urbano é a expulsão da parcela mais empobrecida dos centros, em que esses vão cada vez mais para zonas periféricas e tendo que ocupar espaços naturais dos quais ainda não tinham sofridos intervenções. Esse processo é denominado de gentrificação.

Importante diferenciar que a ação dos seres humanos tem interesses e necessidades distintas. As pessoas e empresas mais influentes fazem intervenções na natureza buscando o lucro, muitas vezes a partir da especulação imobiliária, sem se importar com planejamento urbano, já as pessoas que não têm condições para pagar o custo de vida nessas regiões são obrigadas a procurar lugares afastados dos centros e sua intervenção na natureza é feita por falta de alternativa e políticas públicas adequadas.



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

São Caetano do Sul está situada em uma mancha urbana, onde esses processos de intervenções ocorreram e não está isolada e nem imune de desastres naturais. O caso mais comum no município são as enchentes, sendo a mais recente a do ano de 2019 em que muitos bairros foram atingidos como: Fundação, Prosperidade e São José, onde estão as pessoas mais vulneráveis.

Naquele ano, houve muitas perdas materiais, mas infelizmente, humanas também que são irreparáveis e foi concedido um auxílio a quem do necessário e deixando muitos moradores atingidos de fora do programa.

Por isso, considerando os possíveis riscos existentes e a falta de um plano estrutural de combate às enchentes na cidade, apresentamos este projeto de lei que garanta um auxílio emergencial em caso de novas enchentes no futuro ou outros desastres que possam vir ocorrer e que tenham impactos semelhantes, assim como indenização em casos mais extremos e isenções de pagamentos de IPTU, conta de água e taxa do lixo, pois o poder público deve oferecer condições mínimas de sobrevivência aos atingidos para buscar reestruturação, enquanto não temos a conclusão de um plano efetivo de combate às enchentes.

Plenário dos Autonomistas, 03 de março de 2022.

BRUNA CHAMAS BIONDI

(MULHERES POR + DIREITOS)

VEREADORA



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSESSORIA
TÉCNICO-LEGISLATIVA

PROC. Nº 0835/2022

AUTORA: BRUNA CHAMAS BIONDI

ASS.: PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE O AUXÍLIO EMERGENCIAL DECORRENTES DE ENCHENTES E OUTROS DESASTRES (AEND) E A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A SER PAGA PELO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARECER Nº 365, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2023-2024, DA DÉCIMA-OITAVA LEGISLATURA, DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da insigne Vereadora Bruna Chamas Biondi, tendo por finalidade dispor sobre o Auxílio Emergencial Decorrente de Enchentes e Outros Desastres (AEND) e a compensação financeira a ser paga pelo município de São Caetano do Sul e dá outras providências.

A propositura em questão foi encaminhada a esta Comissão de Justiça e Redação, para ser examinada nos aspectos legais, constitucionais e jurídicos, consoante regra do art. 38 e parágs do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

No entanto, em que pese a relevância da matéria objeto do projeto, sua propositura, infelizmente, não comporta acolhimento.

É inegável a existência de competência concorrente entre o Legislativo e o Executivo para tratar sobre o tema em questão.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSESSORIA
TÉCNICO-LEGISLATIVA

13

PROC. Nº 0835/2022

Todavia, é importante saber se a propositura legislativa atribui deveres ao Executivo com invasão de sua competência.

A doutrina pátria nos ensina que:

“A Câmara não administra o município; estabelece apenas normas de administração... dita tão somente preceitos para sua organização e direção... a Câmara não pode delegar funções ao Prefeito nem receber delegações do Executivo. Suas atribuições são incomunicáveis... daí não ser permitido a Câmara intervir direta e concretamente nas atividades do Executivo. (Hely Lopes Meirelles in Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores, 2006, 14ª edição p. 605/606 e 711).

In casu, o projeto impõe não só a **forma** como o **modus operandi** (atos de gestão e organização – peculiares a esfera de atividade administrativa) em afronta a separação de poderes e a reserva da administração.

Além disso, o estorno de valores em favor dos munícipes infringe o princípio da não vinculação da receita tributária, porquanto o projeto cria benefício fiscal com implicações nas contas públicas, em desrespeito a ordem constitucional Federal (art. 167, IV, § 4º, da Const. Federal e arts. 144 e 174, IV, Const. Estadual).

A

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO CAETANO DO SUL

ASSESSORIA
TÉCNICO-LEGISLATIVA

PROC. Nº 0835/2022

Assim, além da ingerência ao Poder Executivo, o projeto, ao prever a devolução dos valores do imposto recebido pelo Município, promove evidente afetação da receita tributária.

Por todas as razões acima expostas, sob o prisma que compete a esta Comissão opinar, tão somente jurídico-constitucional, entendemos que a proposição não reúne os requisitos para sua tramitação e aprovação final pelo Egrégio Plenário, posto que revestida de irremediável INCONSTITUCIONALIDADE, quando em cotejo com a Constituição Federal Brasileira e de patente ILEGALIDADE em face da L.O.M..

É o parecer.

São Caetano do Sul, 14 de novembro de 2023.


Ver. Ródnei Cláudio Alexandre
Presidente


Ver. Ubiratan Ribeiro Figueiredo
Relator

Membros:


Ver. Thaiane Spinello


Ver. Caio Martins Salgado

Aprovado na reunião de 14.11.23